

Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.965 - MG
(2019/0043578-7)**

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : RONIE EMERSON GOUVEA
ADVOGADOS : ALEXANDRE SIMAO DE ARAUJO E OUTRO(S) - MG076431
LEONARDO GONTIJO AZEVEDO - MG133300
PAULINO GONTIJO DE QUEIROZ CANCADO - MG011010N
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. TRIBUNAL DO JÚRI. CONSELHO DE SENTENÇA QUE ACOLHEU TESE DE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA APTA A ENSEJAR A DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUE DETERMINA NOVO JULGAMENTO POIS, A DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA NÃO ENCONTRARIA RESPALDO NA PROVA PRODUZIDA. VIOLAÇÃO AO ART. 593, III, D, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CPP. DESCABIDO RESTABELECIMENTO DE DESCLASSIFICAÇÃO. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, CONFORME SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Para se afastar a conclusão do Tribunal de origem a respeito da inexistência de provas a amparar a decisão dos jurados em acolher a tese defensiva de desistência voluntária, seria necessário o reexame fático-probatório, providência vedada pela Súmula n. 7 do STJ, ante a análise das provas produzidas realizadas no acórdão recorrido.

2. Agravo regimental desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator